

-----ACTA N.º

04-----ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE 30 ABRIL-----Aos trinta dias do mês de Abril de 2010, pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão Ordinária, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2009, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e Votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**3.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Actividades, do ano de 2009, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**4.º Ponto** - Discussão e votação da 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2010 – Orçamento /Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**5.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação Internacional das Cidades Educadoras nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual

redacção;-----**6.º**

Ponto– Eleição de Presidente de Junta para representar as Freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 5.º da Lei 41/2003 de 22 de Agosto;-----

-----**7.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, Susana Maria Ribeiro Neves, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, José António do Vale

Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Jorge Henrique Horta Ferreira, Maria João Carvalho Franco Alves, Francisco Cruz Branco da Silva, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Rui José Prudêncio, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Armando Rocha, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomaz, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Martins, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso e David Bernardino dos Santos.-----Faltaram os

membros, António Carlos Nunes Carneiro, Paulo Jorge Marques Marreneca, João Paulo Moreira dos Reis e Horácio Orlando da Silva.-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Maria Paula da Silva e Paulo Roseiro Lopes, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que as acta n.º 9 de 21.12.09 e n.º 1 de 26.02. e 03.03 de 2010, que foram previamente distribuídas por todos os membros, encontravam-se na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----A Assembleia Municipal aprovou por maioria com uma abstenção o texto definitivo das actas apresentadas.-----

LEITURA DA

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 4 documentos que a seguir se indicam:

JUSTIFICAÇÃO DE

FALTA:-----

DOCUMENTO

1:-----Presente e-mail de João Paulo Moreira dos Reis, de 28 de Abril a justificar a sua ausência na sessão à qual, por motivos pessoais, não poderá estar presente.-----

DOCUMENTO

2:-----E-mail da Junta de Freguesia da Freiria, de 30 de Abril, a informar que o seu presidente Paulo Marreneca não poderá estar presente, uma vez que se realiza a sessão da Assembleia de Freguesia, nesta data e à mesma hora.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO

3:-----Presente e-mail de António João Bastos, a informar que, por motivos de ordem familiar não lhe é possível comparecer na sessão, pelo que solicita a sua substituição nos termos da lei.-----Foi convocado e encontrava-se presente David Bernardino dos Santos.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 4:-----

-----Presente e-mail da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, de 29 de Abril, a informar que o seu presidente será substituído pelo seu representante legal Sr. Armando Rocha.-----

-----A Assembleia Municipal aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

-----De seguida teve início o Período Antes da Ordem do dia.-----

PRÉMIO PESSOA A D. MANUEL CLEMENTE:-----

-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, deu nota da alegria que partilhou com o Presidente da Câmara aquando da entrega do Prémio Pessoa ao Bispo D. Manuel Clemente, que teve lugar na passada terça-feira, pelo qual este órgão deliberativo já tinha manifestado a sua satisfação, tendo o bispo manifestado o agrado de ver no evento os autarcas representativos da sua cidade.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* deu nota do regozijo do Grupo Municipal do Partido Social Democrata pela atribuição do prémio em título.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REPRESENTAÇÕES-

ASSEMBLEIA

MUNICIPAL:-----O *Sr. Luís Carlos Lopes*, aludindo à referencia feita na reunião da comissão permanente, quanto à necessidade de se vir a nomear cidadãos para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, lembrou que devem haver mais

comissões/conselhos em que a Assembleia tem representantes, para as quais deviam ser eleitos membros deste novo colégio eleitoral. Deu como exemplo o Conselho Consultivo do Hospital de Torres Vedras.-----Quando à CPCJ o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* informou que alguns dos cidadãos nomeados em 2007 por este Órgão Deliberativo, alegando motivos de ordem profissional, pediram a demissão.-----

-----Assim, aproveitou para solicitar que os Grupos Municipais ponderassem sobre o assunto de modo agendar a nomeação na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----No que se refere ao Conselho Consultivo do Hospital informou que os seus membros continuam activos e iria aferir em conformidade com a lei vigente.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE VERDE DA VÁRZEA –

6.º ANIVERSÁRIO:-----O *Sr. António Fortunato* começou por lembrar que nasceu nesta zona e foi habituado a praticar desporto no tempo em que não tinham as condições de agora, pelo que é com muita alegria que vê alguns colegas, quer da Câmara Municipal quer da Assembleia Municipal, a frequentar o Parque Verde da Várzea assim como os ginásios da cidade, que há um ano atrás não via.-----Assinalou que as comemorações 6.º aniversário do Parque Verde da Várzea foram muito bonitas, lembrando o colorido das bandeiras e o excelente espectáculo de papagaios que teve lugar nesse dia.-----

Aproveitou ainda para referir que desde que foi inaugurado, este parque é a sala de visita desportiva ao ar livre da cidade e tendo ele espalhado pelo país muitos amigos que o visitam por ocasião do corta mato internacional, recebe muitos elogios quando lhe dizem é um dos locais mais aprazíveis para a prática desportiva.-----

Manifestou o seu orgulho, referindo que já lá vão seis anos que Torres Vedras desfruta deste espaço extraordinário e fez votos para que todos o utilizem na medida do possível, em benefício da sua saúde.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----**3.º**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL – HIDROGÉNIO, ENERGIA E SUSTENTABILIDADE-

29 e 30 de ABRIL:-----A *Sra. Cláudia Ferreira* deu nota do sucesso do evento em título, que decorreu no pavilhão da Expotorres e contou com cerca de 120 participantes a nível de assistência e cerca de 30 oradores.-----Disse que os objectivos do seminário passavam por divulgar e avaliar as experiências internacionais, nomeadamente de âmbito regional, orientadas para a mobilidade, com especial enfoque no recurso ao hidrogénio renovável, debate acerca da visão da União Europeia sobre a contribuição da

Economia do Hidrogénio para a satisfação das necessidades energéticas e cumprimento das exigências ambientais no horizonte temporal de 2020/2030 e ainda debater sobre a viabilidade/oportunidade do hidrogénio ser um vector já a considerar no âmbito do plano nacional das energias renováveis para 2020 em elaboração e a entregar à Comunidade até Junho próximo.-----Assinalou que deve, por tudo isto e por todos os bons exemplos que a autarquia torreense tem dado ao longo dos anos, ser mais este exemplo de boas práticas e de preocupações, encher a todos de orgulho.-----

-----Aproveitou para tecer algumas críticas às referências que foram publicadas no Jornal Badaladas a acusar a Sra. Ministra do Ambiente de faltar ao seminário, quando a sua ausência foi previamente justificada à organização do evento, pelo seu gabinete que se fez representar pelo Dr. Fausto Abreu, Adjunto do Secretário de Estado do Ambiente e profundo conhecedor de questões ambientais, fazendo a mesma acusação à eurodeputada Social-Democrata, Graça Carvalho, não percebendo onde está a estranheza no facto de um membro do governo, ou de um eurodeputado, declinarem um qualquer convite que lhes seja feito por motivos de agenda ou inadiáveis.-----Por fim disse que lhe pareceu no mínimo de mau tom, tentar reduzir um evento desta importância a questões de somenos importância, pelo que solicitou que o Jornal em causa se retrate e reponha a verdade dos factos.-----O *Sr. Presidente da Câmara* solidarizou-se com as críticas mencionadas, prática que se vão habituando por parte deste semanário e aproveitou para lamentar o encerramento do FrenteOeste uma vez que a concorrência gerava um equilíbrio importante para a vida do Município.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

25 DE ABRIL – INAUGURAÇÃO DO PARQUE VERDE DA PONTE – PONTE DO

ROL:-----O *Sr. Nelson Aniceto* deu nota que no passado fim de semana o Salão Paroquial, Casa da Cultura da Ponte do Rol, acolheu a comemoração da Assembleia Municipal de mais um aniversário da revolução de Abril, tendo-se exultado uma vez mais os valores e princípios que estiveram na génese do 25 de Abril, sendo de enaltecer ainda a presença de cerca de 60 associações representativas do movimento associativo existente no concelho.-----Disse que após esse momento, foi inaugurado o parque em título, o qual conta com uma área de cerca de 8.000m² e dispõe de múltiplas valências, que vão desde percursos pedonais, parque infantil, diverso mobiliário onde se destaca os candeeiros com painéis foto-voltaicos, assim como equipamento de manutenção para seniores.-----Deu nota ainda que se tratou de um investimento de €340.000 que é mais um exemplo do que de bom se vai fazendo em Torres

Vedras, valorizando a prática da actividade desportiva assim como propicia a sua utilização como espaço de lazer e recreio para todas as idades. -----A inauguração desse espaço é também um exemplo da vontade em apostar continuamente na melhoria das condições de vida dos torrienses, na senda daquilo que já é uma imagem de marca deste executivo, ou seja a utilização de materiais amigos do ambiente.-----Salientou o espectáculo realizado no dia 24 à noite, com poemas danças e canções de Abril que muito agradou a todos os que estiveram presentes, numa manifestação também de que Abril, além de ser democracia e liberdade é também cultura.-----Deixou uma palavra de apreço pela visível colaboração prestada na organização destas comemorações, pelas associações da freguesia da Ponte do Rol, as quais evidenciaram um grande espírito de colaboração e uma organização muito eficiente. -----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3.ª FEIRA DA CAÇA, PESCA E NATUREZA DO OESTE – 23 A 25 DE ABRIL:-----

O Presidente de Junta de Freguesia do Turcifal, *Filipe Santos* assinalou a realização da terceira edição da feira em título, que faz parte de apenas 3 ou 4 eventos do género que se realizam no país e que muito dignificou o concelho.-----

Deu nota que em boa hora a organização propôs e introduziu a componente do cavalo Lusitano, que atraiu muitos visitantes, registando-se a duplicação do número de entradas em relação ao ano anterior, de 2500 para 5000, o que é um bom indicador uma vez que são pagas.-----

----Considerou um evento muito bom para o concelho, agradecendo à Câmara Municipal pela iniciativa.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

4.ª EDIÇÃO FEIRA DA SAÚDE 2010:-----

A *Sra. Susana Neves* congratulou a organização da feira em epígrafe, que muito os enobrece com a proximidade profunda e a riqueza de temáticas de saúde, que operam quase sempre um impacto imensurável a nível social.-----

Tendo este ano contado com 14.000 participantes, salientou que o programa da feira proporcionou conferências que rodopiaram superiormente em torno da obesidade e da diabetes, falando-se assim de duas doenças, ou de 2 diagnósticos que se enquadram na 1.ª causa de morte em Portugal, as doenças cardiovasculares.-----

Fez notar que mais do que conferências interessa medidas de profilaxia pelo que congratulou a ideia do concurso “Receitas Saudáveis” do pré-escolar e 1.º ciclo dos agrupamentos das escolas do concelho, incentivando, desta forma, a ganhos de novos estilos alimentares nas crianças para que possam reproduzir no seio familiar e na vida adulta.-----

Sugeriu para a próxima feira da saúde, duas importantes áreas, os cuidados continuados, e dentro destes os cuidados de convalescença e os paliativos, até porque estes últimos são alvo de diagnóstico no programa da rede social de Torres Vedras e os cuidados neurológicos, realçando o impacto de determinadas doenças como as neurodegenerativas, os distúrbios do sono, epilepsia e outros que de facto têm um impacto no seio familiar e na comunidade laboral e social.-----Propôs ainda comunicações em torno dos temas, sexualidade, morte, luto, ensino de competências familiares e de outros profissionais de saúde, para aprender a cuidar na deficiência e na dependência.-----

-Para terminar mais uma vez realçou e subscreveu a iniciativa e o investimento da autarquia no evento esperando que continue.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as palavras e tomou nota das sugestões.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESCOLAS – SUBSÍDIO DE

NATAL:-----A **Sra. Maria Quina** questionou a razão de as funcionárias das escolas de A-dos-Cunhados, Póvoa de Penafirme Sobreiro Curvo e Palhagueiras ainda não terem recebido o subsídio de Natal.-----Quanto à escola de A-dos-Cunhados o **Sr. Armando Rocha**, informou que os pagamentos estão em dia com exceção das tarefas e se o membro está preocupado a junta está muito mais.-----Mais informou que a junta recebe as verbas para pagar às tarefas em três tranches e o pagamento está a ser processado nos moldes dos anos anteriores.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que se trata de uma competência delegada nas Juntas de Freguesia mas iria indagar no sentido de aferir da necessidade de alguma correcção.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DO HOTEL AREIAS DO SEIXO – POVOA

PENAFIRME:-----O **Sr. Francisco Branco** deu nota da inauguração do empreendimento turístico em epígrafe, no passado dia 27 de Abril que conta com um hotel de 5 estrelas integrado num conjunto de apartamentos que dignifica o turismo e a hotelaria de Torres Vedras e de Portugal.-----

----Salientou que a iniciativa privada está de parabéns no concelho.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INSEGURANÇA NO CONCELHO DE TORRES

VEDRAS.-----O **Sr. João Pedro Gomes** começou por congratular-se pelo restabelecimento e regresso do Presidente da Assembleia Sr. Alberto Avelino às

suas funções.-----Disse que a questão de insegurança na área da cidade está mais controlada, reconhecendo que foram tomadas algumas medidas. No entanto, assinalou que ultimamente as ocorrências estão a aumentar nas zonas rurais, questionando se a Câmara Municipal está a par desta situação e que medidas se predispõe a tomar.-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse não ter informação que recentemente haja mais ocorrências fora da cidade.-----

Informou que em Maio será assinado o Contrato Local de Segurança, mas o reforço quer de meios humanos quer de materiais para a GNR actuar na zona rural continua a ser uma preocupação.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRODUTOS AGRÍCOLAS DE TORRES

VEDRAS:-----O **Sr. João Pedro Gomes** inquiriu o Presidente da Câmara no sentido de saber se a autarquia apoia ou pretende apoiar a promoção de produtos agrícolas em feiras internacionais de renome. Estariam assim a apostar em mercados diferentes e em inovação pois entende que este era o caminho para saírem do estado em que o país se encontra. -----O **Sr. Presidente da Câmara** assentiu que a Câmara apoia a promoção de produtos agrícolas, sendo a Feira Rural um exemplo do mesmo. No que se refere a apoio internacional referiu que há meios e mecanismos nacionais que apoiam as empresas e empresários para esse efeito.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADAS

MUNICIPAIS:-----

Reportando-se ao facto de os danos provocados pelo Inverno ainda serem visíveis em diversas estradas municipais do concelho o **Sr. João Pedro Gomes** questionou para quando está previsto serem

intervencionadas.-----O **Sr. Presidente da Câmara** confirmou estarem equacionadas intervenções nas estradas do concelho a partir do mês de Maio apesar de serem menores do que as desejáveis. -----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ECOPONTOS:

-----O **Sr. João Pedro Gomes** alertou que os ecopontos existentes no edifício Jardins de Arenas são insuficientes para os moradores e por vezes o lixo transborda dos mesmos. É uma questão de saúde pública que importa a autarquia resolver com a máxima brevidade. -----O **Sr. Presidente da Câmara** anotou o reparo não obstante tratar-se de uma competência da

Valorsul.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PLANO DE ACCÇÃO DO OESTE - LINHA DO OESTE - PEC:-----

-----Tendo presente a actual situação económica-financeira que se vive no país e com as medidas do PEC anunciadas que podem ser agravadas na Assembleia da República, o *Sr. Nozes Pires* questionou se as contrapartidas pela não construção do aeroporto na Ota irão para a frente.-----Questionou ainda o que se pode esperar para o Oeste perante uma situação tão crítica.-----

-----Aludindo à recente reunião que ocorreu com o Senhor Ministro das Obras públicas o *Sr. Luís Carlos Lopes* solicitou que o edil se pronunciasse sobre o assunto e informe se da mesma resultou algo de bom para Torres Vedras e para a região.-----O *Sr. Presidente da Câmara*

confirmou a realização da reunião lembrando que estão a discutir projectos estruturais que estão em fase de estudo prévio ou de elaboração de projectos.-----No que se refere ao IC11 troço norte e sul informou há o compromisso de haver estudos de avaliação ambiental até ao final do corrente ano que serão determinantes para a escolha dos traçados. Referenciou positivamente o facto de o concurso para a realização das obras do lanço da EN9 Merceana/Alenquer, ser lançado neste mesmo período -----

-----Quanto às instalações do IVV, o senhor ministro das Obras Públicas assumiu o compromisso de tratar pessoalmente deste dossier com o Ministério das Finanças.-----

-----No que se refere à REFER registou que o pensamento do Ministro que é coincidente com o que tem defendido na Assembleia, ou seja, só faz sentido investir na Linha do Oeste se ela tiver uma amarração diferente a Lisboa. Com o traçado existente, independentemente do investimento em novo material circulante ou electrificação, o trajecto Torres Vedras/Lisboa será sempre igual ou superior a 1 hora.-----Mesmo

que a REFER já tenha dito que vai investir em 4 faixas na Linha de Sintra, isso não impedirá que se verifiquem sempre estrangulamentos o que nunca é solução para Torres Vedras.-----Anotou ainda que defendem esta situação com o facto de Loures não ser servido de transportes ferroviários, que é necessário para a zona e este traçado passará sempre por Loures, que poderá assim ser um aliada nestes termos, para Torres Vedras na Linha do Oeste.-----Em relação aos hospitais, há uma comissão que tem 90 dias para traçar o que serão as valências hospitalares para hospital de Torres Vedras.-----A Assembleia Municipal tomou

conhecimento.-----

PETIÇÃO DO PSD – REDUÇÃO DAS PORTAGENS DA

A8:-----O *Sr. Marco Claudino* interveio para dar nota da petição pública que o Partido Social Democrata decidiu promover no sentido de exigir a suspensão imediata das portagens da A8 no troço Malveira –Loures, que as medidas de segurança que foram identificadas pelo Observatório de Seguranças das Estradas e Cidades fossem corrigidas e ainda que o preço deste troço fosse corrigido para o valor médio nacional.-----Manifestou

novamente sua estupefacção por o Partido Socialista ter votado contra a moção que a CDU apresentou nesta assembleia e que teve os votos favoráveis do PSD, CDU e do CDS pois ainda desconhece a razão desta força partidária não se ter associado a esta causa.-----

Reforçou que foi apenas por isso que promoveram esta petição pública, pois sempre entenderam que deviam ser os órgão autárquicos a liderar esta medida de justiça para Torres Vedras.-----

----Recordou que em 2007, quando se discutiu as contrapartidas da Ota, o PSD, com a concordância da CDU, também fez uma proposta no sentido, de independentemente da saída norte ou sul, os torrienses pagassem o mesmo, tendo a maioria socialista também votado contra.-----

----Lembrou que moção idêntica foi apresentada na Assembleia Intermunicipal da OesteCIM, que é composta por 6 concelhos do distrito de Lisboa e 6 de Leiria, onde foi aprovada com 2/3 de maioria e enviada ao governo, lamentando que tenham que ir até Leiria para defender os interesses de Torres Vedras.-----

----Nesta sequência anotou que Câmara Municipal teve uma atitude desistente, preferindo reclamar à DECO, do que ao Governo.-----Prosseguiu

dizendo que o Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras não tem consciência do cargo que ocupa como representante de todos os torrienses e sentiu-se minorizado.-----Não pretendem que o Presidente da Câmara afronte o governo, mas que pelo menos o confronte e que não se coloque ao lado da concessionária, porque até agora só há duas entidades públicas que dizem que a mesma está a cumprir a lei, a Auto Estradas do Atlântico e o Presidente da Câmara de Torres Vedras.-----

Lembrou que o edil disse que estão num estado de direito e a petição do PSD subscrita por muitos socialistas, que não se reviram na posição do PS local, era legal, sem qualquer tentativa de estudar se havia uma alternativa, mesmo jurídica, para tentar atacar esta posição da concessionária. -----Deu nota que na reunião que tiveram no dia anterior com o Chefe de Gabinete do Senhor Ministro das Obras Públicas, onde, tendo presente que o contrato de concessão exige que a auto-estrada tenha qualidade, alegaram que o relatório do observatório diz que não tem. -----Nesta sequência questionou se não seria uma forma do próprio governo, sem ter custos para o erário

público, atacar juridicamente o contrato e poder assim obrigar a concessionária a aliviar o bolso dos torrienses e dos oestinos.-----Disse desconhecer se esta argumentação vai ter sucesso mas não desistem.-----
Tratando-se também de uma questão política e se o ministro diz que a introdução das SCUTS deve-se a princípios de solidariedade, justiça e equidade e tendo condições para ser auto-estrada, quando assim o não é, credibilizaria o governo e a sua política de coerência, se, quando as condições não se verificam, suspendessem as portagens.-----
Reconheceu que a petição, se fosse subscrita pela Câmara Municipal, teria força na reivindicação e mais possibilidades de ter sucesso, mas o edil, infelizmente, escolheu outro caminho ao ter conhecimento do relatório e agora veio propôr que a portagem de Torres Vedras/Lisboa venha a ser mais cara, quando diz que se deve introduzir portagens nos troços isentos e com esse dinheiro reduzir-se as portagens nos outros troços.
-----Terminou assinalando que o edil ainda vai a tempo de se juntar a quem tem razão, juntar-se ao PSD nesta causa para todos juntos defenderem os interesses de todos e lutar por Torres Vedras.-----O **Sr. Rui Prudêncio** começou por indicar que tinham ouvido 5 minutos de demagogia e populismo por parte do Partido Social Democrata.-----Mas saudou esta força partidária por ter tido algum tipo de iniciativa, embora não seja através de petição ao governo que se vai alterar esta situação, até porque a Lei 24/2007 só pode ser alterada pela Assembleia da República. Estranha que o deputado do Partido Social Democrata na Assembleia da República ainda não se tenha pronunciado sobre esta questão.-----Lembrou que desde 19 de Março que anunciou que iria propor na Assembleia da República algumas alterações a esta lei por achar que, apesar de boa, pode ser melhorada.-----Deu nota que a Agencia Nacional de Segurança Rodoviária em 2009 diz que não há um ponto negro nesta auto-estrada.-----
Relativamente às alusões ao observatório questionou se o membro tem conhecimento da existência do Instituto Nacional de Infra-estruturas Rodoviárias, a quem compete fazer a avaliação, fazer todos os procedimentos de fiscalização e dizer se o concessionário e o construtor não cumprem as normas.-----
--Reforçou que todas as leis são todas cumpridas naquele troço da A8. No entanto considera que tem que colocar na lei normas mais restritivas, para aumentar a qualidade da circulação em obra.-----Mas acha estranho que haja tanto incomodo a circular na A8, e que faria chegar à Mesa da Assembleia documentos do IMIR que comprovem que se trata da única auto-estrada do país em que não há um decréscimo no tráfego mensal diário.-----Concorda que as obras causam

transtorno mas não é com petições ao governo, mas na Assembleia da República que se pode alterar a lei e não pode vir o PSD de forma populista e demagógica fazer petições a quem não tem competências para intervir no assunto, reforçando a incompetência deste força partidária, pois não teve o cuidado de estudar o assunto e de ter sensibilizado os seus deputados da Assembleia da República para a matéria.-----

O **Sr. João Pedro Gomes** lamentou que se passe a ideia que está tudo bem com a A8, quando ao circular pela mesma vêm que as obras são uma vergonha. Deu nota ainda que no âmbito da concelhia o CDS-PP também está a trabalhar num projecto sobre esta questão.-----

O **Sr. José Augusto de Carvalho** defendeu que estão a discutir uma matéria muito importante. E demonstradamente há troços de zonas em obras que tem o pavimento em mau estado e era desejável que o ritmo de execução fosse acelerado.-----

No entanto salientou que não é sério que se apele simplesmente à redução do tarifário sem se ter em conta o quadro legal, o quadro de direitos e deveres da concessionária e sem ter em conta uma distorção gravosa das palavras do edil quanto à falta de equidade no tarifário da A8, nomeadamente quando na Assembleia Intermunicipal foi apresentada uma proposta que o Partido Social Democrata, por razões estritamente partidárias não colheu.-----

-----Assim considera a iniciativa inquinada de oposicionismo político-partidário e isso enfraquece as razões que assistem este problema, porque se dissessem que é necessário que se reduza o tarifário nos troços em obras, mas na A8 há demonstradamente uma falta de equidade, que foi introduzida por sectarismo político partidário que eles nunca reconheceram.-----

Alertou que agora, quando se fala nesta questão, dizem que o que querem é tarifar o troço de Loures para Lisboa, quando sabem que os troços que estão na periferia da capital nenhum deles é tarifado.-----

-----Fez notar que quando se fala na introdução de critérios de equidade em relação à tarifação dos troços do Oeste, o Partido Social Democrata recusa porque não resiste à tentação do oposicionismo político-partidário e aí não levam o Partido Socialista a reboque.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** argumentou que em política há alturas próprias para prestar contas, e o Partido Socialista prestou contas em Outubro de 2009.-----

Não se pode dizer que o Partido Social Democrata se tenha esquecido deste assunto e agora venha acertar contas, pois o membro Marco Claudino foi o principal mentor deste tema em plena campanha eleitoral, com um outdoor que foi muito falado.-----

Lembrou que o posicionamento do Presidente da Câmara nas negociações do Plano de Acção do Oeste/A8 foi um assunto central, o resultado está à vista e as contas foram saldadas. Se quer fazer contas, que as faça de Outubro para

cá, mas se ele fosse do PSD nem queria falar deste assunto. -----Disse que não alinha em peixeiradas, porque não tem feitiço para tal. Contem com ele para lutar para aquilo que têm legitimidade e sempre num quadro de um estado de direito.-----Se a legislação está mal, todos podem reclamar, mas quem tem responsabilidades políticas deve fazê-lo em local próprio ou seja na Assembleia da República que tem a competência para alterar a lei.-----

-----Fez notar que o que foi apresentado não foi só uma moção sobre a A8, foi igualmente uma crítica ao Presidente da Câmara Carlos Miguel e ao José Augusto de Carvalho que certamente não esperavam que votasse favoravelmente. Foi o Partido Social Democrata que provocou a divisão desde a primeira hora.-----Sempre defendeu o princípio de utilizador/ pagador e como tal defende que todos os troços que não são portajados, passem a ser. O resultado desta receita poderia ser utilizado para nivelar todas as portagens, reduzindo as que têm o valor mais alto.-----Frisou que todos devem pagar por igual e assim não haveria prejuízo para o estado. Será o primeiro subscritor de uma moção com este teor e gostaria de ver o PSD a subscrever também.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** manifestou algumas dúvidas que a lei esteja a ser cumprida.-----Quanto à documentação fornecida pelo membro Rui Prudêncio observou que devia conter informação da circulação na A8 antes de Outubro de 2008 e não só a partir desta data, uma vez que a lei determina que após 2 anos de ter atingido 35.000 viaturas de média diária tem que ser executada obra. Não acredita que num mês tenham aumentado 10.000. Devia ter trazido informação de quando é que se atingiu os 35.000. O prazo que a concessionária tinha para o alargamento da via já foi há muito superado.-----Lamentou

estar a defender uma lei que não está a ser cumprida, perante representantes dos torrienses que estão a defender a concessionária.-----Fez notar que foi o membro do Partido Socialista José Augusto de Carvalho que enquanto deputado da Assembleia da República aprovou a Lei 24/2007, que teve aplicação zero. Foi a maioria desta força partidária no parlamento que não permitiu que este normativo, que o membro Rui Prudêncio agora quer alterar, fosse mais flexível.-----Manifestou o seu desejo que todos estivessem unidos nesta matéria e não este tipo de concorrência que pretende ter em Torres Vedras.-----Alertou novamente que a proposta mencionada pelo edil determina o aumento de portagens do troço entre Torres Vedras e Lisboa, porque a natureza da isenção entre Lisboa e Loures é exactamente a mesma natureza legal

aplicada aos troços internos do distrito de Leiria.-----Reafirmou que o governo pode alterar esta matéria, o que poderia ser através de decreto lei tal como se vai fazer para introduzir portagens nas SCUTS.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve inicio o Período da Ordem do dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2009, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09. NA SUA ACTUAL

REDACÇÃO:-----Presente ofício número 6068, de 7 de Abril, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a enviar os documentos em título, elencados no anexo I da Resolução n.º 4/2001, de 12/07, do Tribunal de Contas, os quais se encontram integralmente elaborados com excepção dos mencionados nos n.º 23, 24 e 25 por não existirem movimentos desta natureza e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

-----Dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, este fez uma breve síntese dos documentos em análise, salientando que as contas traduzem a realidade do município e um pouco a das câmaras de todo o país e das dificuldades que vão atravessando.-----

-----Deu nota da redução das receitas próprias, com decréscimo nos impostos directos, indirectos, taxas e multas, assim como baixa na receita do IMI, que já era esperada, resultante da redução da taxa que aprovaram para o ano de 2009.-----

-----Anotou que reflecte o aumento da dívida a fornecedores, muito centrado na dívida à Resioeste que decidiram não liquidar, bem como a dívida à ADSE. Esta diminuição de receita, traduz também o aumento de aquisição de produtos a fornecedores, que levou a uma redução de liquidez que têm que resolver muito rapidamente e conseqüentemente a um desequilíbrio orçamental, com um défice que conseguirão cobrir no decorrer no próximo ano.-----

-----Por outro lado apresentam diversos sinais positivos, ou seja, uma execução orçamental a nível das receitas de 90% e nas despesas de 86%. A despesa corrente está estável, assim como a despesa com pessoal que regista apenas um aumento de 2% .-----No que se refere às transferências para as Juntas de Freguesia, anotou o aumento de 24% em 2009.-----

-----Salientou que a receita correntes continuam a financiar as despesas de capital pelo que o principio básico de equilíbrio e saúde financeira continua a manter-se.-----O PPI apresenta uma execução orçamental de 58,8%, o que

não sendo excelente é bom, ou se comparada com os vizinhos da OesteCim é muito bom.-----Iniciou a discussão deste ponto o Líder da Bancada do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes**, manifestando a sua surpresa desde logo com o prejuízo apresentado. Ficou incomodado e sem qualquer motivo de alegria.-----Disse que o Edil tentou pôr tudo num só “bolo”, jogando com as dificuldades a nível nacional, mas os resultados da Câmara Municipal de Torres Vedras são contraditórios. -----Se por um lado há diminuição da receita, em termos de alguns impostos directos e indirectos, o global até cresce, nomeadamente no IMI, IMT etc.-----Anotou que independentemente das revisões e alterações feitas, em certa altura a Câmara perdeu o controlo do orçamento de 2009 e não são as situações invocadas pelo edil nomeadamente a Resioeste que vão justificar os €11.000.000,00 de dívidas a fornecedores. Há outros fornecedores, há dívidas a pequenas empresas.-----Lembrou que de facto é referido pelo ROC ter sido mensurado os € 728.304,00 devidos à ADSE, mas também referem que no ano de 2008 não tinha sido reconhecido o recebimento de €1.118.000, 00 que só foi contabilizada em 2009.-----Frisou que não é só a Resioeste, não é só a redução do IMI, que justificam um prejuízo de € 5.424.676,00 do qual não tem memória nos últimos 14 anos. Também se fala do imobilizado, mas trata-se de área em que é sempre difícil chegar a uma conclusão.-----No entanto é certo que a Câmara teve mais receita do que em 2008, ou seja aumentou 16 % de 2007 para 2009, portanto não foi por falta de dinheiro, mas porque houve qualquer coisa que se desorganizou em termos de contas.-----Sabem que há uma sobreavaliação do orçamento com a venda de bens de investimento que não é levada à pratica, o que deste vez talvez tivesse sido necessário.-----Anotou que o mapa constante do ponto 8.3.4.3 – subsídios concedidos à Promotorres, apresenta um valor de €5.042,215,00 em vez de €169.089,95 o que pensa tratar-se de um lapso.-----Continuou a sua intervenção, considerando grave que a Câmara já tenha recebido €1.118.218,00 da verba que estava atribuída para o Programa Pólis, cujas obras estão longe de arrancar e mais grave ainda o facto de no ano transacto a ter utilizado €2.713.427,72 do concurso “Torres ao Centro” que também está longe do seu arranque.-----No que se refere aos rácios, o indicador solvabilidade ainda é bom, a autonomia financeira é razoável, mas a liquidez geral é negativa uma vez que o valor encontrado significa que as suas obrigações de curto prazo são superiores aos seus compromissos de curto prazo.-----Registou que 58,79% de execução anual do

Plano Plurianual de Investimentos não lhe parece relevante, mas um mau indicador. O Edil tem que ser mais modesto, foi sofrível e têm que assumir as fragilidades que este documento apresenta.-----Por fim assinalou que a capacidade de endividamento da Câmara vai indo, o que não é um indicador dramático mas é igualmente um crescendo no mau sentido.-----Teve a palavra o líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho**, que começou por chamar a atenção que os municípios não são ilhas e há constrangimentos de carácter económico-financeiro que condicionam e estranho seria que o documento em apreço não reflectisse o quadro geral que caracteriza o país.-----Argumentou que quando estão a apreciar as contas, a título individual, cada um diz que faria diferente, reacção que considera compreensível. A oposição faria seguramente diferente.-----Deu nota que não enjeita nem ignora as fragilidades que a prestação de contas de 2009 apresenta, mas também não ignora os pontos fortes, referindo-se primeiramente ao factor constante que têm sido as receitas correntes financiarem as despesas de capital.-----Quanto à quebra na receita, observou que nos impostos indirectos, taxas multas e outras penalidades, nos últimos 2 anos relativamente à media dos 2 anos anteriores há diminuição de €4.100.000,00, o que tem que se repercutir.-----Disse que a despesa tem uma boa taxa de execução e tendo sido aludido que 60% do PPI não é suficiente, não crê que os colegas do PSD votarão contra este documento, quando há 15 dias votaram a favor um documento análogo da Cimoeste com 15%, pelo que apelou à coerência.-----Frisou que a despesa corrente teve um aumento de €185.000,00 e as despesas com pessoal, um ponto sempre sensível, teve um aumento de apenas 2,1%.-----Relativamente às dívidas a fornecedores, considerou que a comparticipação devida à Resioeste é significativa. De facto há resultados negativos, mas a causa é devidamente identificada pelo ROC.-----Registou que não obstante o recurso ao endividamento o município está significativamente aquém dos limites legais fixados. O limite do endividamento líquido tem uma taxa de execução de cerca de 72,5% e o endividamento de médio/longo prazo o município apresenta uma taxa de utilização de 54,6% o que num contexto de grande esforço, traduz uma gestão que não se pode considerar imprudente.-----

Anotou que entre o executado e o orçamentado, tirando as receitas de capital, tudo mais regista execuções na ordem dos 80%, 90%, 70% que não pode suscitar dura críticas. No meio destas execuções pode-se questionar se há obra ou não sem esquecer que a autarquia presta cada vez mais serviços, que também tem custos.-----No domínio de obras deu nota dos campos da Coutada, Ramalhal e Gondruzeira do Parque da Ordasqueira, Jardins de

Alcabrichel em A-dos-Cunhados, 2.^a fase da requalificação do Orla Costeira em Santa Cruz com Azenha, rota da Rede Natura, ciclovia. Elencou também obras no Parque Escolar, ainda da execução do novo Mercado Municipal e o de Campelos, a rede viária com a reabilitação de 60 Km de estradas e caminhos, a construção 12 Km de passeios e diversos arranjos urbanísticos.-----

-----Também com custos referenciou o enriquecimento curricular, serviço de apoio à família, refeições de 1.º ciclo, o vasto programa cultural sedado no Teatro Cine e na Galeria Municipal e os espaços

educativos.-----No social, lembrou o apoio ao arrendamento, apoio à recuperação às habitações degradadas, tarifas sociais, cartão sénior e as parcerias com as IPSS. Anotou os serviços no Castelo, Museu Posto Turismo, Azenha de Santa Cruz, as duas Bibliotecas, o Teatro Cine, o Arquivo Municipal, Centro de Educação ambiental, os edifícios Multiusos e Paços do Concelho, para frisar que envolvem custos, seja de construção, reabilitação, beneficiação manutenção e de funcionamento.-----Mencionou

ainda os instrumentos de planeamento e a aquisição de terrenos para demonstrar que este município tem tido uma dinâmica, que tem repercussões do lado da receita e da despesa num contexto económico financeiro que não é fácil.-----A

nível do investimento fez notar que as possibilidades de candidaturas ao QREN não têm sido desperdiçadas, enumerando algumas.-----Disse que tudo tem

expressão no orçamento, poderia haver outras prioridades mas não é sério reduzir isto ao que está bem e ao que está mal. É fruto do trabalho de gente empenhada que dá o seu melhor de si mesmo e que só não faz melhor porque é impossível.-----O representante do

CDS-PP, **Sr. João Pedro Gomes**, disse partilhar as palavras do colega, quando refere que todos dão o seu melhor em prol do concelho de Torres Vedras, o que não está em causa. No entanto podem ter divergências quanto ao caminho a seguir.-----Da análise aos

documentos em discussão registou um aumento na dívida aos fornecedores o que preocupa o CDS-PP, cujas causas não podem ser só atribuídas à Resioeste e à ADSE. Foi num ano eleitoral que a despesa disparou, o que é um sinal errado que não pode ser dado.-----Tendo

presente as condicionantes que existem no país, todos têm que fazer os possíveis com os meios que têm. É necessário outra forma de executar os orçamentos para que não dêem prejuízo.-----

-----Reportando-se à rubrica da venda de bens de investimento questionou o facto de estarem orçados €4.392.000,00 e de não se ter realizado qualquer venda dos mesmos.-----Assinalou terem ficado com a firme convicção que a Câmara Municipal não consegue honrar os compromissos a curto prazo com os fornecedores e questionou

como é que o edil pensa inverter a tendência do crescente endividamento.-----No que se refere às reservas do ROC, questionou o que está a ser feito no sentido de concluir o processo de análise e reconciliação dos valores representativos do imobilizado da autarquia.-----Por último disse que o exemplo de rigor e de execução orçamental correcta, tem que ser dado pelas entidades públicas e neste momento difícil para Portugal o caminho a seguir deve ser outro.-----Terminadas as intervenções sobre este ponto foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para alguns esclarecimentos:-----O edil começou por agradecer as palavras de incentivo do membro José Augusto de Carvalho.-----Afirmou que não tem orgulho em apresentar resultados negativos sendo algo que têm que corrigir a curto prazo. Traz problemas de liquidez com que a autarquia não está habituada a lidar.-----Deu nota que na dívida a fornecedores há quatro grandes verbas, Resioeste, Teixeira Duarte (Mercado Municipal), imobilizado e ADSE. Há outras verbas que representam algum volume que têm a ver com fornecedores mais pequenos, que estão resolvidas e pensam regularizar o resto do problema no mês de Maio, quando se recebe as verbas do IMI.-----Esclareceu que a questão das verbas do Pólis resulta do saldo de gerência e o valor é repostado ficando reservado e quanto ao valor utilizado do Programa Torres ao Centro refere-se essencialmente ao Mercado Municipal.-----Lembrou que foi em termos comparados que disse que a execução anual do PPI na ordem dos 58% foi uma boa mas não excelente, pois já tiveram perto dos 90%. Lembrou ainda que os membros do PSD votaram a favor na OesteCim uma execução de 15,5 % pelo que pediu coerência nos critérios que escolhem.-----Reportando-se à intervenção do colega José Augusto de Carvalho o **Sr. Luís Carlos Lopes** observou que um orçamento de 52 milhões de euros não se pode levar para casa, há que fazer obras. Podia ter sido feito mais e melhor.-----Sustentou que ainda não estão no momento de serem uma Câmara de serviços, mas já lá deviam ter chegado. Há muitas obras que já deviam ter sido feitas, e quando falou nos Jardins de Alcabrichel, ao lado continua uma via por fazer há 6 anos.-----Reafirmou que a Resioeste não justifica tudo. Há também o ano eleitoral e os tais fornecedores de imobilizado referenciados pelo ROC.-----Por fim fez notar que também o Vereador Carlos Bernardes votou a favor das contas da Oeste Cim e ele enquanto membro do Executivo também já votou a favor de um orçamento. Hoje iria votar contra pois mal seria se a esta prestação de contas não desse o seu “cartão amarelo avermelhado”, para que a Câmara altere o seu rumo. -----Quanto à questão sobre venda de bens de

investimento o *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que se trata de um fundo de equilíbrio orçamental que todas as câmara municipais utilizam e depois exercem ou não e Torres Vedras tem se dado bem, uma vez que têm tido sempre um acréscimo de receita face à prevista.-----Este ano não foi o caso devido às causas já mencionadas, mas é o entendimento da Câmara que nos dias que correm nunca seria bom negócio vender património.-----

-----Quanto às reservas do ROC no que se refere ao inventário permanente, trata-se da inventariação de todos os materiais do estaleiro, suas entradas e saídas, situação que pensam regularizar brevemente, assim como o imobilizado.-----

-----Tendo-se concluído as intervenções o Presidente da Mesa *Sr. Alberto Avelino* submeteu à votação os documentos.-----A

Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 31 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções, aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2009, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que

estavam presentes na sala 42 membros.----- **PONTO 2- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2010, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**-----Presente ofício número

6068, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7 de Abril, a enviar os documentos em título, que se encontram devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----Usou da palavra o

Sr. Presidente da Câmara para dar nota que se trata da transição dos resultados de gerência, que no caso são para reforçar as verbas do Pólis e do Mercado Municipal.-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----A Assembleia

Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que

estavam presentes na sala 42 membros.----- **PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, DO ANO DE 2009, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**-----

Presente ofício número 6068, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7 de Abril, a enviar os documentos finais e obrigatórios de acordo com o Decreto Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, que se encontram devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara**, começou por salientar o resultado positivo dos SMAS, que resultou da diminuição de despesa devido a menor despesa com pessoal e ao aumento de receita que traduz a demora na entrada em funcionamento de ETARES e logo redução no pagamento do tratamento dessas águas.-----Assim

anunciou que as contas invertem a tendência de 2008, o PPI mantém-se com uma realização de 57% a nível da água e no saneamento 45%. Deu ainda como dado importante o facto das perdas de água passarem de 21% para 20% que é um dos melhores resultados a nível nacional, assim como o aumento da rede separativa em todo o concelho.-----O **Sr.**

Diogo Guia assinalou que os documentos em apreço reflectem uma gestão de acordo com as expectativas mas com algumas reservas de natureza política.-----Disse que continua a existir uma desculpa política

por continuarem por executar os colectores na Carvoeira, que estão lá, o trabalho da junta está feito, mas há sempre uma desculpa.-----Exige um pouco mais e quando se presta a devida homenagem à gestão corrente, e havendo verbas inscritas, mais faltaria que não se fizesse obras.-----

Fez notar que ainda não presente nos documentos apresentados a preocupação de ter como objectivo uma verdadeira descida do preço da água, alertando que há uma franja da população que está a aumentar, com dificuldades em pagar estas contas.-----Disse que dava o seu voto de confiança aos SMAS, que fizeram uma evolução muito mais positiva que a Câmara Municipal, que justificou os resultados com a crise externa mas acontece que coincidiu com um ano eleitoral.-----

A **Sra. Cláudia Ferreira** interveio para realçar alguns aspectos que lhe suscitaram especial interesse, referindo-se concretamente não apenas a um aumento das receitas, que não será nunca o principal objectivo num serviço público de abastecimento de água, mas será sempre digno de registo, como também, a diminuição relativa das despesas correntes, sendo que em 2008 as despesas correntes se cifraram num total de 84% e em 2009 se ficaram pelos 76,5%.-----Salientou,

também, o facto de qualquer atraso ou incumprimento de obra não se ficar a dever aos SMAS, mas sim, por exemplo, à conjuntura de crise mundial, que a todos afecta, pois, foram situações de dificuldade financeira, por parte dos empreiteiros, que as motivaram, apesar destas serem situações pontuais.-----No que

respeita à variação da dívida de terceiros, que é de 10,1%, deve-se em grande medida a uma regularização extraordinária à conta de utentes, sendo que, as dívidas a médio, longo e curto prazo, tiveram um decréscimo de 4%.-----

Relativamente à qualidade da água enfatizou o facto de, em 100% das colheitas efectuadas, todas elas apresentarem elevada qualidade e nenhuma delas apresentar qualquer tipo de incumprimento.-----

----Salientou que no concelho de Torres Vedras, 91,2% da população encontra-se servida por rede de saneamento, continuando a trabalhar-se para atingir a plenitude do cumprimento deste desafio e a percentagem da população com tratamento de efluentes domésticos é de 65,5%, estando as ETAR'S, a cargo da empresa Águas do Oeste, mas sendo de referir cada avanço, que possa ser feito, a bem do ambiente.-----

----Anotou que o consumo doméstico representa 90,46% e dentro deste consumo são tidas em consideração, as questões intimamente relacionadas com a vocação social do abastecimento de água.-----

----Assinalou que o preço da água baixou de forma notória, no concelho, em 2010. Para os consumidores normais, baixou 7,25, 4,5 e 2%, respectivamente, para os consumidores que consomem até 5,8 e 15 m³ de água. Baixou de forma significativa nas tarifas familiares, onde, para os agregados com 5 pessoas e consumos até 15 metros cúbicos a descida vai aos 14,1% e para os agregados com 6, ou mais, pessoas, para igual consumo, a descida chega aos 23,3%, sendo, sem margem para dúvida, um auxílio às famílias mais numerosas, e as mais das vezes, com maiores dificuldades.-----

----Continuou dando nota que não se ficou por aqui e na tarifa social, com vista a ajudar aqueles que mais precisam, baixando a conta de um bem tão essencial como o é a água, os SMAS, em 2010 conseguiram baixar o preço da água em 57,8%, para consumos até 5 metros cúbicos, em 55,7%, em consumos até 8 metros cúbicos e em 54% em consumos até 15 metros cúbicos, pelo que, este esforço deve ser reconhecido e merecer o aplauso e incentivo desta Assembleia.-----

-----Relevou como positivo ter sido implementado em 2009 o Balcão digital e o envio da factura electrónica, ou e-factura, bem como, ao facto de o SMAS ter melhorado a sua página da Internet, tanto a nível gráfico, como de funcionamento, tendo mesmo, este site obtido o 2.º lugar na temática “Melhor Sítio na Internet”, num concurso da especialidade.-----

-----Disse que conseguiu tudo sem aumentar os custos, nomeadamente com a aquisição de novos servidores e assim, gastar onde fazia mesmo falta e não se podia deixar de o fazer, como em novos computadores ou impressoras. Modernizou o atendimento e está a modernizar-se e actualizar-se, também, a nível do sistema de informação geográfica.-----

-----Referenciou a pedagogia de

esclarecimentos sobre o ciclo da água, a importância deste bem, a sua escassez e a absoluta necessidade de poupança do mesmo, que tem sido levada a cabo pelos SMAS de Torres Vedras e são inúmeros os pedidos de visitas a escolas, a participação nas iniciativas da área ambiental da Câmara Municipal, como sejam, a Oeste Infantil, o Dia da Água, o Dia do Ambiente ou o Ocean's Spirit.-----Terminou assinalando que no espírito de serviço público os SMAS têm vindo ao longo do tempo, não só a sensibilizar a comunidade escolar, como toda a sociedade na qual estão integrados, através de várias iniciativas, das quais é exemplo o folheto informativo que acompanha a e-factura. A água é um bem essencial à vida e não pode nem deve ser desperdiçada.-----

-----Reportando-se intervenção sobre os esgotos da Carvoeira o Presidente de Junta desta Freguesia **Sr. José Manuel Cristóvão**, informou que a culpa não é dos SMAS mas da Águas do Oeste S.A.-----Deu nota que as condutas adutoras estão todas interrompidas e danificadas pelo Inverno, umas cúpulas foram partidas outras vandalizadas. Deu nota ainda que na ETAR de Dois Portos o cobre foi roubado. Já denunciou este vandalismo à GNR mas sem resultados práticos.-----Teve de seguida a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar nota que adjudicaram três grandes obras de saneamento para as freguesias de Carvoeira, Carmões e Dois Portos. São empreiteiros distintos, cujas obras estão a decorrer, mas a da Carvoeira não tão bem quanto desejavam. Está prevista a conclusão da obra para 2011, sendo certo que há dois empreiteiros em risco de insolvência.-----

Relativamente à descida do preço da água, fez notar que se têm sempre pautado por uma gestão equilibrada de receita/despesa e o que a água custa é o que as pessoas pagam mas o saneamento que tem sido deficitário, actualmente está equilibrado.-----

-----No entanto assinalou que a tendência vai no sentido de normalizar o preço a nível nacional, mas pelo que se fala, será superior ao agora praticado pelos SMAS.-----

Aproveitou para dar nota que a Águas de Portugal apresentou aos municípios um projecto no sentido de lhes entregar a água em baixa, onde há uma tarifa única de água e saneamento, com preço superior ao praticado à data em Torres Vedras-----

-----Salientou que na tarifa social que começa a abranger muitas pessoas se paga a água a preço mais baixo do que custa aos SMAS.-----

-----Para mais alguns esclarecimentos deu a palavra ao Administrador **Dr. Sérgio Simões**, o qual confirmou que as obras de saneamento obedecem a um planeamento da actividade conjugado com a Água do Oeste S. A., uma vez que têm que entregar o saneamento em ETAR para o qual é necessário que os colectores e as estações elevatórias estejam em condições para os receber.-----Deu nota que tem reuniões

com a empresa no sentido de pressionar sobre esta situação. Existe saneamento, mas não é separativo. O Concelho de Torres Vedras tem 90% da população com saneamento básico.-----

-----Quando ao objectivo de descida do preço da água, entende que os SMAS têm que fazer intervenção social dentro do serviço público que prestam. Neste sentido no final de 2009 aprovaram a tarifa social, sendo Torres Vedras a única autarquia do país a praticá-la e que representa para um consumidor normal uma poupança na ordem dos 55% na factura da água e baixou a receita normal em aproximadamente 10%.-----

-----Outras medidas foram tomadas e relativamente aos consumidores normais ao baixarem a tarifa fixa de água em 70 cêntimos, a receita dos SMAS em 2010 será reduzida em quase 10%.-----

-----Sendo os SMAS um serviço público tomaram esta medida porque têm consciência que as pessoas atravessam dificuldades, mas não põe em causa a sustentabilidade dos SMAS.-----Terminou, dando nota que segundo um estudo que foi feito, Torres Vedras possuiu entre a cinco melhores águas do país.

-----Tomou novamente a palavra o **Sr. Diogo Guia** para questionar sobre o número de utentes que estão a usufruir a tarifa social e o valor correspondente e qual a posição do edil face à hiper concentração da Águas de Portugal S.A, na certeza de que terá no PSD o apoio para superar as dificuldades que estão a ser criadas e que vão no sentido dessa centralização.-----Por fim solicitou que lhe fosse fornecido o citado estudo dos 55 concelhos.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** declarou que independentemente do custo da água, comparativamente com ano transacto os valores estão em linha, com uma diferença de €30.000 e as receitas são bem superiores, sendo que há também a questão da Águas do Oeste que aumentaram cerca de €400.000.-----Disse que as contas estão um pouco melhor que em 2008 e o PSD vai votar favoravelmente, no entanto registou um aumento de € 200.000 na dívida a fornecedores, assim como no fornecimento de imobilizado, mas verificou que as cauções, deixaram de existir em 2009 e pelas quais entraram €200.000,00 para o lado positivo das contas.-----

-----Não invalida que acham que se está a caminhar num sentido melhor e vão votar a favor com o alerta que há muito ainda por fazer.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que até ao final de Fevereiro contabilizaram 600 famílias a usufruir a tarifa social e 130 a tarifa familiar.-----

Lembrou que quando discutiram o QREN, foi o único presidente de Câmara que se insurgiu pelo facto de só ser possível aos municípios que têm estruturas verticais recorrer ao fundos do POPH ou seja quem não tem águas em alta e em baixa como é o caso das Câmaras Municipais não podem candidatar-se

QREN.....No que se refere à possível entrega das águas em baixa à Águas de Portugal, sempre manifestaram não estar interessados a não ser que lhes provem que irá haver grande vantagem para os torrienses. Vêm com relutância este projecto essencialmente por causa da tarifa e porque a Águas de Portugal não quer negociar as infra-estruturas. Pretende receber tudo e depois os municípios teriam participação nos lucros, caso existam.....Reforçou que teve oportunidade de chamar a atenção do Secretário de Estado das Autarquias Locais de que se esta é a estratégia do governo para centralizar as águas na Águas de Portugal, vai ter dificuldades com este poder negocial.....Para esclarecimentos adicionais usou da palavra o **Sr. Sérgio Simões** que informou que a referência à qualidade da água foi encontrada no site “Planeta Azul”.....Esclareceu que os SMAS não têm dívidas a fornecedores pois os valores a que o membro se refere não foram pagas mas ainda não expirou a data de pagamento das mesmas.....Findas as intervenções passou-se de imediato à votação.....A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Actividades, do ano de 2009, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção......

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2010 – ORÇAMENTO /DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;.....

Presente ofício número 6068, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7 de Abril, a enviar os documentos em título, que se encontram devidamente arquivados e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a revisão resulta da transição do saldo de gerência.--

-----O **Sr. Diogo Guia** questionou sobre os prémios de desempenho e se não poderia haver mais parcimónia no recrutamento de pessoal tendo presente a crise que se atravessa.-----A **Sra. Maria Quina** aproveitou para inquirir para quando está

previsto colocar os colectores nas propriedades atravessadas por leito de cheias, perto do rio de A-dos Cunhados assim como o saneamento para Santa Rita e Porto Novo

.....O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou

que o aumento com pessoal é de 1% nestas contas, com diminuição do número de funcionários pelo que os SMAS são o exemplo dessa parcimónia e gestão cuidada, que também se reflecte nos prémios que são atribuídos às pessoas. -----De seguida deu a palavra ao Sr. Administrador **Sérgio Simões** que especificou que os SMAS em 2006 tinham 214 funcionários e 183 em 2009 com diminuição a verificar essencialmente no sector operário, tendo apenas feito admissões “cirúrgicas”.-----Salientou que não se podem esquecer que o concelho tem 407 km², e muitos quilómetros de condutas de água e de saneamento, para os quais é necessário ter funcionários para fazer a manutenção e acorrer às avarias.-----Salientou ainda que, com o pessoal agora existente têm alguma dificuldade formar as equipas de piquete necessárias no período pós-laboral, dado que o mesmo tem implicações no trabalho diário normal, sendo grande parte do recrutamento previsto, destinado a colmatar estas situações.-----Em relação aos prémios de desempenho, entende que quem trabalha e tem mérito deve ser recompensado dentro dos parâmetros que a lei permite.-----No que se refere a A-dos-Cunhados esclareceu que estão a estudar a melhor solução de modo a não prejudicar as pessoas por onde os colectores têm que passar e quanto a Santa Rita e Porto Novo informou que não tem efeitos práticos avançar com o saneamento sem que a Águas do Oeste tenha a ETAR a funcionar, para o qual não há previsões.-----Interveio novamente o membro **Diogo Guia** para dizer que a questão continua a ser política. É evidente que, se merece tem que ter prémio, mas trata-se sempre de uma opção.-----Argumentou que a grande maioria das pessoas não recebe prémios e questionou se as opções são ou não tidas em conta.-----O **Sr. Sérgio Simões** confirmou que de facto se trata de uma opção política e de gestão, que visam corrigir situações que os SMAS consideram injustas dentro da organização e que os normativos legais vigentes não permitem corrigir de outra forma.-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** questionou o Presidente da Câmara sobre a sua posição em relação a esta questão.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** mostrou-se completamente solidário e subscreveu as palavras do Administrador, considerando ser a única forma de gerir recursos humanos que dão o seu melhor.-----Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 33 votos a favor e 9 abstenções aprovar a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2010 – Orçamento /Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 5 - AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;

-----Presente officio número 4955, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 18 de Março, a remeter o processo em título.-----

O **Sr. José Augusto de Carvalho** manifestou o voto favorável do Grupo Municipal do Partido Socialista, salientando que a associação em causa encerra um conjunto de valores e de objectivos que muito honram a quem a ela se associam, mas também responsabiliza. -----

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** tendo presente adesão em causa, aproveitou para lamentar que um representante de uma Junta de Freguesia não tenha direito de pertencer ao Conselho Social Escolar e seja a autarquia que tem suporte legal para o efeito, a delegar nos autarcas de freguesia se assim entender.-----

Entende que a lei devia ser alterada e é um atestado de menoridade às juntas, que estão mais próximas da população e deviam ter lugar no conselho por direito próprio.-----

Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** submeteu à votação a proposta de adesão em apreço.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação Internacional das Cidades Educadoras nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção.

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 6 – ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA PARA REPRESENTAR AS FREGUESIAS DO CONCELHO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DA LEI 41/2003 DE 22 DE AGOSTO;

-----Presente informação número 11/2010 do Gabinete de Apoio à Vereadora Laura Rodrigues a solicitar a eleição em título.-----

-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** informou que tinha uma proposta, que leu e abaixo se transcreve:-----

-----“ O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torres Vedras propõe o Presidente de Junta de Freguesia do Turcifal, António Filipe Narciso dos Santos, para representar as Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto”.-----

-----O Presidente da Mesa deu nota da metodologia a tomar, e de seguida procedeu-se à votação por escrutínio secreto, conforme estipula o n.º3 do art.º 90 da Lei n.º169/99, de 18.09, na sua actual redacção, com o seguinte resultado:-----31 votos a favor, 6 votos brancos e 5 votos contra.----- A Assembleia Municipal elegeu António Filipe Narciso dos Santos, Presidente de Junta de Freguesia do Turcifal, para representar as Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação.-----

-----Anota-se que estavam presente na sala 42 membros.-----

PONTO 7 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Fevereiro, Março e Abril do corrente ano a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, onde informa que a dívida a fornecedores em 22 de Abril é € 4.293.491,64 e o saldo de tesouraria €3.964.162,56.-----

-----Pedi a palavra o autarca da Ponte de Rol *Sr. Pedro Vasa* para agradecer o empenho que a Câmara Municipal empregou na realização dos festejos do 25 de Abril na freguesia que preside, disponibilizando tudo o que foi solicitado para que as comemorações corressem bem.-----Reportando-se ao que leu na 1.ª página do jornal “Badaladas“ o *Sr. Luís Carlos Lopes* questionou sobre a situação das obras do novo Mercado Municipal.-----Questionou ainda sobre a empresa de segurança que viu no parque de estacionamento de Santiago, quando se dirigia para a sessão.-----Quanto ao mercado o *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que chegaram a um entendimento com os logistas quanto às obras de acabamento no interior das lojas. Já têm duas empresas seleccionadas devendo os trabalhos começar em Maio com a previsão de 60 dias.-----Informou que da parte da firma Teixeira Duarte falta concluir algumas partes do AVAC e do sistema de ventilação, sendo algumas determinantes para a entrada em funcionamento do mercado.-----Julga que para o final de mês de Julho estarão em condições de fazer a mudança, o que ainda irá ser combinado com os operadores.-----Quanto à empresa de vigilância informou que destina-se a fazer a vigilância das bancas da Feira Rural.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

